

# COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 2.558, DE 2003

Altera a Lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A. para atuação no segmento de microfinanças e consórcios.

Autor: **Deputado Confúcio Moura**

Relator: **Deputado Francisco Dornelles**

### I - RELATÓRIO

A Lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003, autorizou o Banco do Brasil a criar duas subsidiárias integrais, sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas:

- a) um banco múltiplo, especializado em microfinanças, para a prestação de serviços financeiros à população de baixa renda e microempresários, inclusive a abertura de crédito, sem a obrigatoriedade de comprovação de renda;
- b) uma administradora de consórcios, com o objetivo de facilitar o acesso de bens duráveis de consumo a pessoas físicas de baixa renda e a microempresários.

O projeto de lei epigrafo, de autoria do ilustre Deputado Confúcio Moura, acrescenta novo artigo à mencionada lei, dispondo que o banco múltiplo especializado em microcrédito analise, para a realização de suas operações, a

situação individual de cada beneficiário junto a bancos de dados de órgãos de proteção a crédito.

Porém, a liberação do crédito não estará condicionada à pesquisa aos dados acima.

Na justificação apresentada, o ilustre Autor lembra-nos que o Poder Executivo vetou o dispositivo do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2003, originário da Lei nº 10.738. Aquele dispositivo (art. 3º), condicionava a concessão do microcrédito aos resultados de consultas a bancos de dados de órgãos de proteção ao crédito.

No seu entendimento, é desejável deixar, para o banco prestador, o encargo de análise do cadastro do tomador, pois, muitas vezes, a inadimplência deste deve-se a razões superiores à sua vontade.

Deve ainda ser informado que o Banco do Brasil em documento junto ao parecer, nada tem a opor ao Projeto em destaque, uma vez que ele não altera nem prejudica a atuação do Banco Popular do Brasil, na concessão de empréstimos destinados ao público alvo daquela instituição.

Nos termos regimentais, compete-nos manifestar sobre o mérito da proposição (art. 24, II) e sobre sua adequação financeira e orçamentária (art. 53, II).

## **II - VOTO DO RELATOR**

Consideramos altamente meritória a iniciativa do ilustre Deputado Confúcio Moura, por resgatar os fundamentos do microcrédito, que vem obtendo experiências exitosas em diversos países.

Realmente, a atipicidade do segmento de microfinanças, em relação ao crédito bancário tradicional, implica que o agente financeiro adote certa flexibilidade na análise do risco de crédito. Neste contexto, acreditamos na capacidade de o Banco Popular do Brasil atender o público-alvo do programa de microcrédito, mantendo sua sustentabilidade.

Desta forma, manifestamos nosso voto favorável ao projeto de lei em apreciação.

Por outro lado, compete a esta Comissão de Finanças, além de manifestar-se sobre o exame de mérito, apreciar a proposta quanto à sua adequação orçamentária e financeira, conforme prevêem os arts. 32, IX, “h”, e 53, II, do Regimento interno da Câmara dos Deputados.

Analisando o Projeto de Lei nº 2.558, de 2003, verificamos que o mesmo não traz implicação financeira ou orçamentária às finanças públicas federais.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.558, de 2003.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2004

Deputado FRANCISCO DORNELLES  
Relator